

ATA Nº04

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 23 de fevereiro de dois mil e dezoito.** -----

-----No vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Liliana dos Santos Barreira e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 23/02/2018;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- **PONTO TRÊS: CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA;** -----

----- **PONTO QUATRO: COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES;** -----

----- **PONTO CINCO: ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS – 2018;** -----

----- **PONTO SEIS: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM JUNTAS DE FREGUESIA - APOIO FINANCEIRO PARA INVESTIMENTO;** -----

----- **PONTO SETE: DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS - ACORDOS DE EXECUÇÃO;** -

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Sérgio Domingos, em substituição de Maria Pedro da Silva e Hugo Jorge em substituição de José Augusto Ferreira Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião, em substituição de Basílio de Oliveira, e Mabel dos Santos em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Maria Manuela Sanches em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião e Rafael Castro em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Bruno Julião, Maria Pedro da Silva, Óscar Gaspar, Patrícia Ferreira, José Augusto Ferreira Martins e Basílio de Oliveira. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Susana Maria Ferreira Gravato, Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 29 de dezembro de 2017.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 29 de dezembro de dois mil e dezassete, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete e vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Bruno Julião, Maria Pedro da Silva, Basílio de Oliveira, Óscar Gaspar e José Martins à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, usou da palavra e começou por perguntar para quando o início das obras na estrada Rines/Sanchequias. Entretanto, referiu-se ao encerramento da Caixa de Crédito Agrícola Mútua balcão de Covão do Lobo e ao facto de, há algum tempo a esta parte, se estar a assistir ao encerramento de várias instituições a sul do Concelho. Neste caso põe-se em causa um banco que

foi criado pelo povo, um banco que é do povo, e agora os agentes do outro lado que tomaram posse a estas coisas não dão qualquer explicação ao povo. A medida afetará uma grande parte da população daquela zona porque se trata de pessoas envelhecidas, muitas delas com poucas posses e sem familiares por perto para as apoiarem. O senhor Albano Gonçalves apela à ajuda de todos para em conjunto apresentarem uma proposta ao Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vagos para que reconsidere o encerramento deste balcão. Outra questão que referiu tem a ver com o Posto Médico de Covão do Lobo. Já fecharam o Posto Médico de Fonte de Angeão e agora parece que se preparam para encerrar o de Covão do Lobo. Têm sido feitas várias diligências junto do Dr. Pedro Almeida, Diretor Executivo do ACeS do Baixo Vouga, e do senhor Presidente de Câmara. Tem sido feito algum trabalho mas o que é certo é que não aparecem respostas. Tal como no caso anterior, o senhor Albano Gonçalves pede a ajuda de todos nesta luta para se evitar o encerramento de mais uma instituição a sul do concelho que tantos transtornos causam ao povo. -----

----- De seguida a senhora Deputada Andreia Marques sendo representante da Assembleia Municipal na CPCJ e no ACeS Baixo Vouga usou da palavra para deixar algumas informações. A Comissão Alargada da CPCJ reuniu no dia um de fevereiro de dois mil e dezoito e deu-se cumprimento à ordem de trabalhos no sentido de se apresentarem os novos membros, fazer a análise das atividades respeitantes ao ano de dois mil e dezassete. O Conselho Diretivo do ACeS do Baixo Vouga reuniu no dia oito de fevereiro de dois mil e dezoito e fez referência a três aspetos abordados. A UCSP, Ponte de Vagos 2, é a que apresenta na região de Aveiro maiores índices de performance, quer a nível de indicadores de qualidade nos cuidados prestados quer a nível da avaliação da satisfação por parte dos utentes, que tem valores que ascendem os 80%, e em alguns casos 88%. O segundo aspeto a que fez referência tem a ver com o plano de ações respeitantes a dois mil e dezassete em específico nos problemas apresentados, identificando-se o Posto Médico de Soza. Esta zona aparece estatisticamente a vermelho na atribuição de médico de família, porque na prática os cidadãos não o sentem uma vez que o problema tem vindo a ser resolvido com a contratação de uma médica, vinte horas por semana, em regime de avença. O terceiro aspeto diz respeito à zona sul do Município. A senhora Deputada referiu que cada médico de família deve, legalmente, ter mil e quinhentos utentes em ficheiro, podendo ser extensível a mil e setecentos. O que está a acontecer na zona sul é que há médicos que têm taxas de esforço de mil e novecentos utentes por ficheiro, traduzindo-se isto em dificuldade de atendimentos. Nesta reunião ficou o compromisso do ACeS, na pessoa do Dr. Pedro Almeida, de criar-se, a médio prazo, um projeto de Unidade de Saúde Familiar. A capacidade de encaixe com este modelo de organização é maior e permitiria a aquisição de um novo médico de família, idealmente a residir no Concelho para que a cobertura atinja os 100%. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referindo-se aos contentores do lixo tem reparado que continuam sempre muito cheios, o que faz com que haja muito lixo pelo chão. Entretanto, referiu que quando foi feito o saneamento a sul de Santa Catarina montaram um estaleiro, na direção norte/sul, em frente a um estabelecimento comercial. As obras terminaram e o

estaleiro continua lá e funciona como uma espécie de “bairro de lata”, o que não dá uma imagem nada agradável, para já não falar na falta de segurança das pessoas que por ali passam e o senhor Deputado quer saber se existem planos para retirar aquilo dali. Outra situação que referiu prende-se com as antigas instalações da Recivagos e qual o seu destino. Em relação às obras da AdRA, que estão a acontecer na Freguesia de Soza, tem-se ouvido algumas reclamações da população no que toca às estações elevatórias. Ao que parece as obras não estão a correr muito bem e há quem se queixe de cheiros pouco agradáveis. Ainda em relação às obras da AdRA há uma estrada que está a ser muito falada e não pelos melhores motivos, a estrada quem vai de Salgueiro para o Fontão, porque se encontra em muito mau estado de circulação e é uma via utilizada por muitas pessoas e o senhor Deputado questiona se há alguma resolução prevista entre a Autarquia e o empreiteiro. Entretanto, o senhor Deputado tem verificado que têm sido feitos alguns alcatroamentos e algumas pequenas obras em recintos festivos e agora que Salgueiro também passou a ter um seria bom que também tivesse direito a esse mesmo tratamento. O senhor Deputado não sabe bem se é uma competência da Câmara Municipal se da Junta de Freguesia mas deixa aqui a sugestão. Ainda em relação a Salgueiro existia lá uma palmeira, que ficava em frente à entrada principal, que era uma referência, algo que identificava aquela zona de Salgueiro, em relação às outras, era uma identidade, era um símbolo. Entretanto, devido a doença, a árvore teve de ser retirada, porque estava a pôr em causa a segurança que quem por ali passava, e agora verifica-se ali um vazio o que faz com que as pessoas andem um pouco descontentes O senhor Deputado questionou se estaria algo pensado para aquele local, algumas obras. Relativamente ao encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola em Covão do Lobo o senhor Deputado associa-se à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. O CDS e o senhor António Bastião, pessoalmente, não estão a ver a situação com bons olhos atendendo aos inconvenientes/transtornos que irá trazer para a população. As pessoas estão insatisfeitas com esta situação e era importante fazer algo para que Caixa de Crédito Agrícola mantivesse o balcão aberto. Em relação ao posto médico de Soza o senhor Deputado repara, cada vez que lá vai, que há sempre muitas pessoas, não só da Freguesia de Soza como de outras Freguesias em redor, o que provoca longa espera. As pessoas estão muito insatisfeitas e o senhor Deputado pergunta se a Câmara Municipal em conjunto com o ACeS têm alguma solução para o problema. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e perguntou o ponto de situação dos Armazéns Municipais. Têm-se visto movimentações e sabe-se que já lá estão alguns serviços e o que se pretende saber é se já uma data prevista para as mudanças em definitivo. Consultando o *site* do base.pt dos contratos há aqui um contrato do dia onze de janeiro de doze mil euros e seiscentos referentes a fornecimentos de divisórias e coberturas do armazém. O senhor Deputado pergunta se é material para colocar nos Armazéns Municipais e qual é o tipo de contrato que está a ser feito com o proprietário do espaço. O senhor Deputado solicitou um ponto de situação relativamente às candidaturas de apoios aos incêndios. É público que as ajudas já estão a chegar

a alguns Municípios. Relativamente ao voluntários o senhor Deputado quer saber se há algum tipo de ajuda e se já está a ser feita. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e questionou sobre o ponto de situação do projeto de construção dos novos Armazéns Municipais e qual a previsão do início das obras. Outra questão que levantou prende-se com a limpeza das matas. Quem está no terreno tem visto, por maior que seja o esforço que a Câmara Municipal tenha feito na tentativa de ajudar a esclarecer as pessoas daquilo que se deve fazer, que continua a haver uma confusão enorme em relação a esta situação. Já há Autarcas dos diversos partidos políticos que levantaram a voz em relação àquilo que o Governo está a tentar fazer. E a pergunta concreta que o senhor Deputado faz é *“o que é que o senhor Presidente está a pensar fazer e o que é que o senhor Presidente pensa quanto à questão das limpezas das matas até dia quinze de março e ao atirar a responsabilidade para cima dos Municípios?”* -----

----- De seguida usou da palavra a senhora Deputada Elisabete Pequeno e referiu-se à sinalização, nomeadamente às lombas que estão a ser colocadas das estradas do Município. Na Vagueira, junto à Igreja, existe um perigo eminente pela falta de sinalização daquelas lombas, porque é uma zona escura onde se apanha velocidade e tem-se ouvido falar já em alguns problemas ali ocorridos. -----

----- O senhor Deputado Paulo Malta e informou de que o grupo de trabalho para o setor da educação já reuniu duas vezes e que está agendada para dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito uma visita ao Colégio Diocesano N^a Sr^a da apresentação de Calvão. Entretanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se está prevista uma data de início das atividades dos Orçamentos Participativos que deviam ter iniciado no ano de dois mil e dezassete e ainda nada foi feito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente à questão da Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vagos Balcão de Covão do Lobo informou de que na sequência da notícia encerramento deste serviço tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia só souberam do encerramento após o Balcão ter efetivamente encerrado. Assim que se soube do encerramento quer o Presidente da Câmara, quer o Presidente da Assembleia Municipal quer o Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo editaram alguns esforços no sentido de perceber o que é que tinha levado àquela decisão do Conselho de Administração daquela entidade. O senhor Presidente está de acordo com tudo aquilo que foi dito e a Câmara Municipal tem tido políticas ao longo dos anos onde procura ter uma gestão parcimoniosa dos recursos que tem à sua disposição. Quanto a estas medidas que estão a ser tomadas na Banca a Câmara Municipal não tem poder de decisão, apenas pode tentar influência positivamente as decisões. Neste caso nem sequer o pode fazer porque quando o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia se deslocaram à Caixa de Crédito Agrícola para uma reunião essa já estava tomada e comunicada ao Banco de Portugal. O senhor Presidente da Câmara subscreve a preocupação que foi aqui trazida pelos senhores Deputados Municipais e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia

precisamente nesse sentido de solidariedade com as pessoas da Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e com a certeza que tem feito, e continuará a fazer, um esforço junto da Caixa de Crédito Agrícola. Na reunião foi referido que havia a possibilidade de tentar encontrar soluções que minimizem este problema. Em relação ao Posto Médico de Covão do Lobo aí sim a intervenção tem de ser maior, não existe uma decisão de encerramento, bem pelo contrário, mas não existe a efetivação daquilo que é transmitido. Assim que começaram a surgir notícias relativamente a este assunto quer o senhor Presidente da Câmara quer o senhor Presidente da Junta encetaram de imediato contactos com o ACeS do Baixo Vouga, na pessoa do seu responsável Dr. Pedro Almeida. Aquilo que sempre foi transmitido é que a ideia é que o Posto Médico de Covão do Lobo continue aberto e a funcionar como tem estado. Havia algumas questões pendentes com a colocação de uma médica, que entretanto já aconteceu, existindo ainda a possibilidade de colocar uma outra. O senhor Presidente, entretanto, já agendou uma reunião com a ARS Centro, que é a responsável pela dinamização de todos estes processos a um nível mais elevado e, portanto, logo que reunir colocará todas as questões. O objetivo é que o Posto Médico de Covão do Lobo continue aberto e a funcionar tal e qual o esteve até há umas semanas atrás. Nos assuntos que à área da saúde dizem respeito a Câmara Municipal nunca é consultada. A senhora Deputada Andreia Marques referiu aqui que esteve numa reunião do ACeS do Baixo Vouga que foi a segunda reunião em cinco anos que o senhor Presidente tem de mandato enquanto Presidente da Câmara Municipal de Vagos, sendo que a primeira, como todos sabem, correu bastante mal. O senhor Presidente tem sentido por parte do Dr. Pedro Almeida, responsável do ACeS, uma abordagem diferente e tem havido a oportunidade de conversar muito mais a pormenor as questões da saúde. É preciso que tanto o ACeS do Baixo Vouga como a ARS Centro envolvam a Câmara Municipal nestas questões da saúde. No que respeita às obras da estrada Rines/Sanchequias está tudo acertado com o empreiteiro para que estas se iniciem no próximo dia cinco de março de 2018. Relativamente à questão do excesso de lixo nos contentores, acerca de um mês os senhores Presidentes de Câmara de Vagos, Albergaria-a-Velha e Oliveira do Bairro reuniram com a Luságua, entidade que faz o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, e colocaram um prazo para que esta faça chegar uma proposta para melhorar os serviços que neste momento são de fraca qualidade. A proposta ainda não chegou, o senhor Presidente da Câmara de Albergaria -a -Velha ficou encarregue de agilizar os procedimentos com a Luságua. O senhor Presidente subscreve as preocupações, tem-se tentado minimizar os impactos mas há questões que têm, obrigatoriamente, que ser melhoradas e, portanto, neste momento, aguarda-se um plano de melhoria substancial do serviço que é prestado. Quanto à questão do estaleiro instalado em Santa Catarina a informação que o senhor Presidente tem é que está tudo acertado com o proprietário do terreno para em breve ser feita a remoção das chapas e construído um pequeno muro de suporte de terras. Relativamente às antigas instalações da Recivagos não há nenhum plano. O que há é que o proprietário do terreno, que já tem processos de contraordenação levantados pela CCDR, tem de resolver o problema, embora se saiba que não foi criado por ele, a Câmara Municipal tem essa noção e por isso mesmo tem andando em conversas para ver como é

que pode resolver aquele passivo que ali está. No entanto, em primeira instância, a responsabilidade daquilo que lá está é do proprietário do terreno e tem de ser ele a resolver o problema que está criado na sua propriedade. No que respeita às estações elevatórias estas ainda não começaram a funcionar, portanto, não parece que haja alguma situação desagradável. Pelo menos, é esta a informação de há poucos dias da AdRA. A questão dos cheiros pode, eventualmente, ter a ver com o facto de algumas pessoas terem feito a ligação indevida. Neste momento, aguarda-se confirmação da AdRA sobre o início do funcionamento das estações elevatórias para depois se informarem os munícipes que podem começar a fazer as ligações à rede de saneamento. Questão diferente é a das obras, ou seja, há ali uma responsabilidade bipartida, porque a obra principal é da AdRA e a Câmara Municipal participa por se ter acordado, com a AdRA e com o empreiteiro, fazer-se o alcatroamento na totalidade. A Câmara Municipal ainda nem recebeu a sua parte da empreitada, ou seja, ela não estava em condições para ser feita a receção da obra. Toda e qualquer responsabilidade daquilo que aconteceu e a reposição em relação à situação inicial é da inteira responsabilidade do empreiteiro, que tem assumido essa responsabilidade, não havendo qualquer responsabilidade da Câmara Municipal ou da AdRA. Neste momento, ainda nem sequer começaram a contar os prazos para a libertação das garantias, porque ainda nem sequer foi feita a receção provisória daquela empreitada, está tudo inteiramente nas mãos do empreiteiro que até à data tem procurado sempre assumir as suas responsabilidades em relação ao problema. É evidente que nesta época mais chuvosa tem de deixar abater o terreno, tal como deveria ter acontecido numa fase inicial, e só depois de estarem criadas as condições, para fazer o alcatroamento, fará à sua inteira responsabilidade. Sobre a questão da palmeira da Capela de Salgueiro o senhor Presidente entende a questão mas deverá ser colocada no sítio próprio que é Comissão da Fábrica da Igreja de Soza ou na Comissão da Capela de Salgueiro, porque a única coisa que a Câmara Municipal fez foi, a pedido de uma destas entidades, ajudar a fazer o corte da árvore por se encontrar com doença. A reflorestação do espaço cabe à Câmara Municipal mas terá de ser o proprietário do terreno, a Comissão da Fábrica da Igreja de Soza ou na Comissão da Capela de Salgueiro, a solicitar. Em relação aos Armazéns Municipais até ao final do mês de fevereiro as instalações atuais terão de ser abandonadas para se entregar o espaço ao Lidl. Entretanto, parte dos serviços já estão em Santo André. A Câmara Municipal tem um contrato de arrendamento e os gastos que teve até agora dizem respeito a algumas alterações internas que foram necessárias fazer e que de acordo com o contrato não eram da responsabilidade do proprietário. Ainda se considerou a hipótese de no exterior ser a Câmara Municipal a fazer as obras e depois esse valor seria descontado na renda mensal mas o proprietário do espaço decidiu ser ele próprio a fazer essas melhorias. Há um contrato de arrendamento que tem um determinado valor, que o senhor Presidente não sabe precisar agora de quanto é, mas que poderá disponibilizar ao senhor Presidente da Assembleia para o fazer chegar aos grupos municipais. Entretanto, algumas obras internas, nomeadamente a das divisórias, ficaram da responsabilidade da Câmara Municipal porque havia necessidade de criar espaços e este será material que nunca eventual mudança pode ser útil. O projeto dos novos Armazéns está pronto para ser lançado a concurso, já

foi aprovado em sede de Câmara Municipal, portanto este espaço arrendado será uma solução temporária. Em relação aos apoios aos incêndios, como todos sabem, houve diversas tipologias de candidaturas. Houve candidaturas na área da indústria e comércio e o que foi feito por parte da Câmara Municipal foi a promoção de algumas ações, nomeadamente sessões de esclarecimentos da CCDR junto dos interessados para que depois eles pudessem fazer as suas candidaturas. Entretanto, depois houve as candidaturas às requalificações, ou construções novas, de casas de primeira habitação destruídas nos incêndios e aí a Câmara Municipal fez todas as candidaturas. Esse processo de candidaturas terminou a trinta e um de janeiro e, neste momento, está-se a aguardar por decisões da CCDR. Relativamente às questões da Agricultura foram feitas também as candidaturas, a responsabilidade em última instância é sempre do lesado mas a Câmara Municipal auxiliou na elaboração de candidaturas. Na agricultura alguns deles, com montantes de compensação mais pequenos, até cinco mil euros, já começaram a receber algumas compensações financeiras. Houve alguns lesados que não fizeram candidatura, cerca de meia dúzia, dentro dos prazos estabelecidos e ao senhor Presidente parece-lhe uma grande injustiça não abrir uma outra oportunidade para que as pessoas possam fazer as suas candidaturas. A Câmara Municipal está a encetar todos os esforços para que essas candidaturas possam vir a ser aceites pelo Ministério da Agricultura. Nestes casos fala-se num valor reduzido mas que poderá fazer toda a diferença àquelas pessoas que não fizeram as candidaturas, por responsabilidades próprias, mas, apesar disso, não se pode virar as costas a estas pessoas. Em relação a outros apoios, nomeadamente mais sociais, e responsabilidades mais diretas, está a ser liderada pelos serviços sociais da Câmara Municipal no sentido de fazer chegar alguns apoios que vêm de empresas e de particulares. No Concelho de Vagos houve muitas empresas e muitos particulares que quiseram ajudar, oferecendo diversos equipamentos, e essa ajuda tem sido reencaminhada para aqueles casos mais graves. A Câmara Municipal tem tentado chegar onde os apoios do Estado não chegam, como por exemplo, pessoas que perderam uma bicicleta elétrica que tem muita influência no seu dia-a-dia, porque se calhar até é o único meio de transporte que tem para se deslocar para o trabalho, e os serviços sociais procuram fazer chegar esse apoio a esse tipo de situações que são muito concretas. A questão da sinalização das passadeiras elevadas, e não lombas, está a ser tratada pelos serviços, ir-se-ão colocar pirilâmpos. A colocação das passadeiras elevadas são a única solução para resolver o problema do excesso de velocidade. Em relação à data de início dos Orçamentos Participativos algumas coisas já estão feitas, alguns materiais já foram adquiridos trata-se só de fazer a aplicação, como é o caso do Barreiro em Calvão. Relativamente à questão da limpeza dos terrenos o senhor Presidente referiu que toda a legislação que saiu até ao momento, para tentar evitar as catástrofes como a que houve em dois mil e dezassete, basicamente não serve para nada, ou melhor, serve para que o Governo se desresponsabilize completamente de alguma coisa de mal que possa acontecer durante o ano de dois mil e dezoito. Esta é uma opinião que é genérica de todos os Autarcas do país, e a ANMP já se manifestou contra esta posição que é a legislação quanto à limpeza, porque aquilo que o Governo pretende é que o Estado, neste caso a Administração Local, resolva um problema em três

meses que não conseguiu resolver em décadas. Aquilo que parece é que há uma falta de responsabilidade por parte do Governo em que quer atirar para cima das Autarquias esta problemática ao responsabilizá-las pela criação de umas brigadas florestais para limpeza de matas e dando oportunidade às Comunidade Intermunicipais de terem máquinas e equipamentos para poder fazer as limpezas. Na segunda-feira houve uma reunião com o senhor Secretário de Estado em Aveiro e o senhor perguntou-lhe se tinha sido feita uma avaliação do plano FAUNOS, que era um acordo entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Defesa para que os militares pudessem ser eles os responsáveis por esse serviço, recebendo eles dinheiro ou os equipamentos destinados às Comunidades Intermunicipais. O que o senhor Secretário de Estado basicamente disse foi que tinha doze milhões de euros para a aquisição de máquinas, *“se vocês quiserem querem se não quiserem não querem”*. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e informou de que em relação à questão que aqui foi levantada do encerramento da Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vagos Balcão do Covão do Lobo se associou a esta causa e à defesa dos interesses da população do Covão do Lobo e da zona sul do Concelho. Assim que foi informado pela Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo pediu de imediato uma reunião com o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola a qual foi realizada no dia vinte e cinco de janeiro já depois da decisão estar tomada. Nessa reunião também esteve presente o senhor Presidente da Câmara Municipal e o objetivo da mesma era claramente não discutir a decisão, porque foi tomada por quem tem legitimidade para o fazer, mas para apresentar soluções que evitasse o fecho em definitivo daqueles serviços bancários que lesa de forma muito particular aquelas pessoas mais vulneráveis: os idosos e as pessoas que não têm capacidade de se deslocar. O desagrado por esta decisão que Caixa de Crédito Agrícola tomou foi manifestado por mais de duzentas pessoas numa sessão de esclarecimentos que a Junta de Freguesia promoveu. Com todo o respeito por esta entidade e pelas suas decisões, por se tratar de uma entidade privada, não se pode esquecer a natureza corporativa daquela instituição, a responsabilidade social que tem, porque a sua origem foi aqui em Vagos e tem como pilar da sua atuação a proximidade com os seus clientes. Nessa reunião o que se fez chegar foi claramente isso, que a decisão tomada é muito lesiva para aquelas pessoas, principalmente para as pessoas mais idosas, e sensibilizar para que fosse repensada a decisão e que pelo menos fosse mantido aquele serviço, nem que fosse temporariamente porque assim já seria uma grande resposta dada aos que mais precisam e que não têm capacidade de se deslocarem facilmente. Por parte do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola ficou a promessa de repensar nesta possibilidade. Entretanto, passou-se um mês e nada foi comunicado. Este também é um fator que contribui para a desertificação dos territórios e, por isso, os eleitos têm um papel importante nestas questões e devem sair em defesa da população para evitar essa desertificação e encontrar soluções para fixar as pessoas e não deixá-las ir. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que no seguimento das apresentações já feitas pelos Membros da Assembleia Municipal, e também esta última do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o grupo municipal do PSD queria propor a inclusão de uma

Moção na ordem de trabalhos para ser discutida e votada e que tem a ver com a defesa da continuidade da delegação da Caixa de Crédito Agrícola em Covão do Lobo. Assim sendo, passou à leitura da Moção, que ficará anexada à presente ata. *“Considerando que: I) A Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Vagos, C.R.L é uma Cooperativa de Responsabilidade Limita, com sede em Vagos, fundada em 6 de Janeiro de 1984, com o esforço, trabalho, dedicação e visão estratégica de um conjunto de Vaguenses; II) Tendo esta entidade bancária como área de atuação, o Município de Vagos, onde nasceu, cresceu e se consolidou como instituição de referência do Concelho, alicerçada na sua natureza cooperativa, num serviço de proximidade e confiança com os seus associados, colaboradores e clientes; III) Um espírito de parceria e colaboração com a comunidade vaguense, um serviço de proximidade e de confiança, são elementos completamente distintivos e diferenciadores das demais entidades bancárias e essenciais para o engrandecimento e reforço da própria Instituição, CA de Vagos; IV) Uma Instituição que se construiu e consolidou, porque soube ao longo dos seus 33 anos de existência, ir ao encontro das necessidades e das expectativas dos vaguenses, reforçando os laços de confiança com a sua comunidade; V) O Crédito Agrícola de Vagos é uma Instituição importante para o desenvolvimento local do concelho de Vagos, mas é mais importante quanto maior for o serviço de proximidade e o clima de confiança com os seus clientes; VI) O Crédito Agrícola de Vagos, há anos que mantém uma rede de balcões/agências geograficamente localizadas pelo concelho de Vagos, respeitadora dessa sua política de proximidade e com capacidade de satisfação das necessidades dos seus clientes, com a sede em Vagos e agências em Ponte de Vagos, Gafanha da Boa-Hora - Vagueira, Calvão, Ouca e Covão do Lobo; VII) O Conselho de Administração do Crédito Agrícola de Vagos, decidiu encerrar o balcão de Covão do Lobo, na zona sul do concelho, o que aconteceu no passado dia 31 de Janeiro; VIII) Encerrou o balcão, sem que nada o fizesse prever, de forma repentina e sem fazer qualquer comunicação escrita prévia aos seus clientes e/ou associados; IX) O Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos, realizou recentemente um investimento significativo nas obras de renovação e melhoramento das instalações do balcão de Covão do Lobo, reveladoras de uma estratégia de continuidade no funcionamento daquele balcão; X) O funcionamento daquele serviço bancário na zona sul do concelho, bem como outros, é um factor importante de combate à desertificação do território e ao mesmo tempo um incentivo ao crescimento económico daquela que é a freguesia mais distante da sede do concelho; XI) O encerramento daquela agência e a não manutenção daquele serviço bancário, é extremamente lesivo e prejudica gravemente, não só a população de Covão do Lobo, mas toda a zona sul do concelho tal como Fonte de Angeão, Santa Catarina; XII) Afeta verdadeiramente, aqueles que mais precisam e menos recursos tem, ou seja, a população mais envelhecida, que não tem meios de transporte nem recursos financeiros para os contratarem, os idosos daquelas freguesias a sul do concelho de Vagos; XIII) Sendo a Caixa de Credito Agrícola de Vagos uma entidade de natureza cooperativa, que nasceu, tem sede e desenvolve a sua atividade essencialmente no concelho de Vagos, e com os vaguenses, deveria, num claro exercício de acompanhamento da história da Instituição, ser portador de uma sensibilidade e consciência social face às suas decisões e às*

consequências das mesmas para os vaguenses; A Assembleia Municipal de Vagos, na sua reunião ordinária de 23 de Fevereiro de 2018, após discussão sobre o tema de encerramento da agência de Covão do Lobo, da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos, e com respeito pela legitimidade e independência de uma entidade particular como o é, propõe: a) Manifestar a sua solidariedade para com a população de Covão do Lobo e do sul do concelho e associar-se à sua luta para evitar o fecho em definitivo da agência de Covão do Lobo do CA; b) Associar-se aos esforços já encetados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal bem como do Senhor Presidente da Câmara Municipal, bem como da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, perante o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos, no sentido de obstar ao fecho do serviço bancário, sugerindo-se manter o serviço em regime de part time(3 dias/semana); c) Sugerir que os esforços acima referidos se intensifiquem por parte dos Senhores Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, perante o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos; d) No caso de aprovação da moção, deverá esta ser comunicada aos órgãos sociais da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos, dar conhecimento desta a todos os seus associados, bem como às entidades bancárias supervisoras. Deverá a mesma ser difundida na imprensa local, regional e nacional, e enviada para as entidades a designar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.” Esta é proposta do grupo municipal do PSD e, obviamente, depois da discussão e de algumas alterações que se julguem pertinentes seria de apelar a que todos os grupo municipais estivessem em consonância com ela, porque a força da Assembleia Municipal sempre seria maior. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora Deputada Elisabete Pequeno para questionar o senhor Presidente da câmara sobre o ponto de situação da criação da Rede de Transportes no Concelho de Vagos, nomeadamente para servir a Zona Industrial de Vagos. Outra questão tem a ver com o Parque Rego do Sino, o projeto foi aprovado em termos de Orçamento Participativo e a senhora Deputada quer saber o tempo de previsão de concretização. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e no seguimento da discussão em relação do Posto Médico de Covão do Lobo o grupo municipal do PSD apresenta uma Moção para fazer força e defender as populações. O senhor Deputado fez a leitura da Moção, cujo documento ficará anexo à presente ata. “A indefinição quanto ao futuro da continuidade de funcionamento do posto médico de Covão do Lobo, está a causar as maiores preocupações na população do Covão do Lobo, bem como de muitos utentes inscritos naquele posto médico, que são de Santa Catarina, Fonte de Angeão e é merecedora da nossa intervenção. A ausência, dita temporária e aparentemente justificada, de médico a prestar serviço naquele estabelecimento, aliada às reiteradas promessas da sua vinda por parte dos diversos responsáveis locais da área da saúde, mas que se tem dado por incumpridas, prefigura-se um vazio silencioso e perigoso face à continuidade do funcionamento do posto médico de Covão do Lobo e aos cuidados de saúde prestados na zona sul do concelho de Vagos. Esta indefinição, instabilidade e desassossego das populações deve ser imputada e carece de uma urgente decisão e resolução por parte dos órgãos de saúde competentes, como a ARS ou a ACeS Baixo Vouga, de forma a tranquilizarem os utentes

e assim ser retomada a prestação normal e habitual dos serviços de saúde, tal como ele era prestado no posto médico de Covão do Lobo. O Senhor Presidente da Camara Municipal tem encetado todos os esforços no contacto com a ARS e a ACeS, no sentido de que seja retomada a normalidade dos serviços médicos prestados naquele posto médico. Um serviço nacional de saúde, universal e geral, de acesso a todos os cidadãos, com garantia da prestação de um serviço de cuidado de saúde de proximidade e de forma a dar resposta, aqueles que mais dificuldades têm de deslocação, é um dever e o cumprimento de um imperativo constitucional. Por outro lado, a continuidade de prestação de serviços médicos naquele posto médico é um fator importante de combate à desertificação do território e um contributo enorme para o crescimento económico daquela que é a freguesia mais distante da sede do concelho. Estritamente ligado ao funcionamento do posto médico, estão os bons serviços prestados pela IPSS com as suas valências da infância e acima de tudo com o Lar de Idosos e existe também o funcionamento da farmácia, daí revelar-se de extrema importância a sua continuidade. A Assembleia Municipal de Vagos, na sua reunião ordinária de 23 de Fevereiro de 2018, após discussão sobre este assunto, propõe que seja exigida com carácter de urgência o cumprimento da prometida colocação de médico, no posto médico de Covão do Lobo e assim seja retomado o normal e regular funcionamento daquele posto, assegurando os cuidados de saúde às populações da zona sul do concelho. Esta moção, deverá esta ser comunicada aos órgãos responsáveis pela saúde local ARS e a ACeS . Deverá a mesma, ser difundida na imprensa local, regional e nacional, e enviada para as entidades a designar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.”-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Relativamente à execução dos projetos do Orçamento Participativo o senhor Presidente não tem presente os prazos mas acredita que no verão já estará o parque construído. Relativamente à rede de transportes, neste momento, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, houve alguns Municípios que quiseram a delegação de competências desta Autoridade de Transportes na Comunidade Intermunicipal. Outros Municípios não fizeram e, portanto, vai ter de ser articulado é as Redes Municipais e as Redes Intermunicipais para que se criem as condições para que se lance um concurso público. Aquilo que está a ser feito no Município de Vagos é estudar a rede existente e propor no âmbito desse concurso melhorias. A questão é que por parte do IMT, anterior responsável pelas políticas de transportes e mobilidade, nunca houve uma aproximação às Câmara Municipais para perceber como é que se deveria construir a rede de transportes públicos. E, por isso, é que o sítio para onde há mais movimentos pendulares, que é precisamente a Zona Industrial de Vagos, não tem um único autocarro a ir para lá. Essa situação será com certeza alterada quando no âmbito da Comunidade Intermunicipal estiverem reunidas as condições para lançar o concurso, porque já está pré definido que uma das propostas de melhoria que se vai fazer é precisamente que se contemplem transportes das Zonas Industriais para as diversas Freguesias do Concelho de Vagos. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando cumprimento ao estipulado no ponto três do artigo 22º do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, colocou a votação a

aceitação das moções tendo as mesmas sido aceites **por unanimidade** para integrar a ordem do dia. Assim sendo da ordem do dia passaram a constar mais dois pontos: **PONTO OITO: DELIBERAÇÃO ACERCA DA MOÇÃO “EM DEFESA DA CONTINUIDADE DA DELEGAÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE COVÃO DO LOBO”**; e **PONTO NOVE: DELIBERAÇÃO ACERCA DA MOÇÃO “POSTO MÉDICO – COVÃO DO LOBO.”** -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à informação financeira deu conta de que a dívida a fornecedores é a mais alta, pelo menos dos últimos quatro anos. A Câmara Municipal deve um milhão e meio de euros a fornecedores, nos últimos dois meses esta dívida aumentou cento e dezasseis mil euros. Em relação à assessoria jurídica referiu a contratação por ajuste direto, de um gabinete de assessoria jurídica, no valor de setenta e cinco mil euros por três anos, portanto, vinte e cinco mil euros por ano. Ao grupo municipal do CDS este valor parece-lhe exagerado. Outra questão que abordou prende-se com uma proposta de melhoria deste documento relativamente à qualidade da informação que é prestada. Há imagem do que se faz na gestão da informação urbanística e da modernização administrativa, onde são quantificadas as atividades da Câmara Municipal, seria importante que o Gabinete de Proteção Civil também apresentasse a informação quantificada para se ter uma ideia mais aproximada da quantidade e da qualidade que se faz. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e começou por referir é feito sempre um esforço para concatenar toda a informação dos serviços a tempo e horas para enviar aos senhores Deputados, porque é essa a sua obrigação, e quando não é feito não é por falta de vontade e sim por falta de tempo. Relativamente à dívida a fornecedores como se sabe existe uma variação de nível das receitas de mês para mês. Se há intervenções e se há obras há despesas que têm um custo e, portanto, há aumento de dívida. Contudo, como se pode ver no mapa da dívida total esta tem vindo a diminuir sempre e continuará a diminuir, apesar deste ano se contrair um empréstimo para permitir a construção da estrada Rines/Sanchequias. Em relação à contratação dos serviços jurídicos ela tem, exatamente, o mesmo valor que tinha no passado e, como já foi explicado por diversas vezes, ela contempla não só a assessoria jurídica nos processos que estão neste momento em litigância e terá a mesma validade quer sejam oito processos quer sejam oitenta, ou seja, o valor contratado é sempre o mesmo independentemente do número de processos a decorrer. Entretanto, existe uma outra componente que diz respeito às

contraordenações que estão também incluídas neste procedimento. Apesar de ter sido renovado o contrato o valor não sofreu alterações. O senhor Presidente lembrou que desde que foi contratada esta assessoria jurídica já se ganhou, por exemplo, o processo do Parque de Campismo onde o Município litigava cinco milhões de euros que eram pedidos à Câmara Municipal. Além do mais, se forem consultados os contratos de assessoria jurídica de outros Municípios da região verificar-se-á que o valor não está tão acima da média como se quer fazer parecer. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos e começou por colocar à votação a alteração da redação do ponto, passando de “eleição dos representantes” para “nomeação dos representantes. A alteração foi aprovada por unanimidade. -----

----- PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES; -----

----- O grupo municipal do PSD nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, o senhor Deputado Xavier Prior Neto. -----

----- O grupo Municipal do PS nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, o senhor Deputado Bruno Julião; -----

----- O grupo Municipal do CDS nomeou como representante, para integrar o Conselho Municipal da Juventude, a senhora Deputada Patrícia Ferreira. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO TRÊS: CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA; -----

----- O grupo Municipal do PSD indicou como representante da Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, o senhor Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos. A proposta foi colocada a votação, por escrutínio secreto, tendo sido aprovada com vinte e cinco (25) votos a favor e três (3) abstenções. Estavam presentes na sessão vinte e oito (28) membros. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO QUATRO: COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES; -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que cabe à Assembleia municipal eleger até cinco representantes, indicados pelos grupos municipais, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

----- O grupo municipal do PSD apresentou à Mesa uma proposta conjunta, de consenso, identificada como proposta A, com os seguintes elementos: Fernando Cheganças, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vagos; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de

Gafanha da Boa Hora; Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; David Guimarães, Presidente da Assembleia da Associação Charcos & Companhia, Hugo Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior Neto usou da palavra para falar sobre a limpeza das matas. O que mais o preocupa não é a data de implementação destas novas leis que foram surgindo e deste problema que não acredita que vá ser resolvido desta forma. Não acredita que esta seja a solução devido aos vários problemas que existe. A floresta precisa de uma organização coletiva dos produtores privados e há a necessidade de criar leis por este grupo que irá ser constituído: O senhor Deputado entende que deve ser criada legislação de venda de madeira dos produtores privados e de madeira queimada para combater esta industria do fogo. É necessário fazer uma orientação e ser a Câmara Municipal a orientar estes produtores em relação ao tipo de espécie que pode ser plantada e tentar fazer um balanceamento deste tipo de espécies para não haver, a curto ou a longo prazo, uma substituição completa da fauna e do tipo de espécies de árvores que existe no Concelho de Vagos. O senhor Deputado considera também importante fazer uma reestruturação a nível da Proteção Civil e deve definir-se de forma bem clara as responsabilidades e os papéis de cada um no combate aos fogos e nesta reflorestação que vai existir em Vagos. É muito importante definir onde vão ser aplicados os doze milhões de euros, que o senhor Presidente da Câmara referiu, a utilizar nesta reestruturação, deve passar pela aquisição de meios de profissionalização que como se viu nos últimos fogos são insuficientes. O senhor Deputado perguntou se foi feito algum estudo em relação á reflorestação e ao impacto a nível de espécies sobre estas medidas que estão a ser tomadas de limpeza das matas e também dos fogos que ocorreram. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que quando os assuntos de interesse municipal estão acima de tudo é de louvar e muito importante que esta concertação e a distribuição dos representantes neste tipo de comissão seja o mais plural possível. -----

----- O senhor Presidente da Câmara e disse que nunca é demais relembrar esta problemática dos incêndios florestais. Esta problemática não é nova, tem muitos e muitos anos e não tem mais anos porque antigamente cada um limpava o que era seu e tudo era aproveitado. É preciso haver aqui políticas muito fortes e ao nível do planeamento e ao nível da prevenção e depois prepara o combate. Neste ponto de vista, e atendendo as ocorrências que tiveram lugar no último ano, esta preocupação foi intensificada. Já houve anos de grandes incêndios mas não houve mortes. O ano de dois mil e dezassete foi um ano mau em todos os aspetos, houve mais ignições, mais área ardida, muitas propriedades destruídas, mas sobretudo o número de mortes que houve um pouco por todo o país. A região Centro, principalmente a nível da atividade económica, foi muito afetada e, portanto, abriu os olhos e alertou para a necessidade premente que existe de resolver este problema. O Presidente da ANMP foi muito duro quando falou à comunicação social sobre esta temática da legislação de tentar resolver o problema, que na opinião dos Autarcas tentar passar a responsabilidade para ao Municípios. O que se está a procurar fazer no Concelho de Vagos é por um lado fazer um planeamento na área florestal, e para isso está-se a trabalhar com a Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga, para criar algumas políticas ao nível da determinação

daquilo que pode e não pode ser feito relativamente à plantação de espécies autóctones, eventualmente optando pelo eucalipto. Ninguém se pode esquecer que a todo um filão florestal nomeadamente com a indústria de celulose que é necessário alimentar mas não é necessário nem é fundamental que se destrua todo um habit natural ou optar só pelo eucalipto em detrimento de outras espécies. O que é necessário é que haja um equilíbrio saudável entre estas duas culturas. As fábricas da celulose têm políticas restritivas relativamente à aceitação de matéria ardida. Entretanto, há outro problema, ou seja, não há unidades para receberem toda a matéria orgânica, nomeadamente as ramadas que são retiradas das árvores que arderam. Para além disso as centrais de biomassa que existem e os seus locais que recebiam essa matéria arderam e, portanto, o problema tornou-se ainda mais grave, porque deixou de haver espaço para aceitar a biomassa. Também no âmbito da Comunidade intermunicipal da Região de Aveiro está-se a trabalhar num projeto de criação de uma central de biomassa que poderá servir todos os Municípios desta região dando assim possibilidade a que essa biomassa que existe sirva para alimentar uma eventual e hipotética central de biomassa. Por fim, infelizmente os doze milhões de euros que existem não são suficientes para adquirir todos os meios de combate aos incêndios florestais necessários, aliás essas são outras matérias tratadas no âmbito do POSEUR, de financiamentos Portugal 2020, que criaram a possibilidade aos Bombeiros de fazerem uma candidatura, que já está a ser executada, do ponto de vista da encomenda do veículo para reforçar os meios de combate. Agora, o que é preciso é que todas as despesas que os Bombeiros tiveram durante o ano de dois mil e dezassete seja ressarcida porque é preciso pagar as muitas despesas que ocorreram durante esse ano, e está-se a falar de milhares de euros que é preciso pagar. Aliás, é público que a Federação dos Bombeiros de Aveiro se recusou a participar na estratégia nacional de defesa por não ter sido ressarcida dos seguros que teve durante os incêndios florestais em dois mil e dezassete e isso é que deve ser fonte de preocupação, porque a população precisa dos agentes da Proteção Civil. Em relação à questão colocada pelo senhor Deputado Jorge Pereira sobre as ajudas que a Câmara se comprometeu a dar a quem ajudou no combate aos incêndios de outubro o senhor Presidente esclareceu que foi feita uma candidatura, que seguiu na segunda-feira, para a recuperação do Município de várias infraestruturas públicas e participação ao combate aos incêndios onde foi inserido um valor. Entretanto, existe um problema, que depois será tratado no âmbito da Câmara Municipal, é que nem todos aqueles que participaram no combate aos incêndios são entidades que possam passar recibos para poderem ser ressarcidos. Assim sendo, ter-se-á de encontrar uma forma de os ressarcir. Todos aqueles que podem passar recibo foram já incluídos na candidatura apresentada para poderem ser ressarcidos, os outros tem de se encontrar uma solução. -----

----- O senhor Deputado Arlindo Neves usou da palavra para dar conhecimento a todos os presentes que o ICNF propôs a realização de uma ação de formação para prestar alguns esclarecimentos de como se deve proceder às limpezas nas matas. Esta ação de formação será no dia três de março, com início às nove horas e trinta minutos, na Gafanha da Boa hora, terá duração de cerca de três horas e meia, e será orientada por Sapadores do ICNF que irão fazer no

terreno uma demonstração de como se deve proceder e quais as regras para limpeza dos terrenos quer na mata quer junto às habitações. Ao senhor Arlindo Neves foi-lhe pedido que encontrasse uma casa marcada nos mapas, por causa dos cinquenta metros, para explicarem como se devem proceder à limpeza à volta das casas e os perímetros a respeitar. O local exato ainda não está definido porque a proposta só foi apresentada recentemente e o senhor Arlindo tem de fazer o convite aos proprietários dos terrenos ao lado da habitação onde vai ser feita a demonstração, porque são privados e é preciso autorização dos donos para entrar neles. O convite ficou feito a todos os que estejam interessados em participar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que têm sido feitas sessões de esclarecimento, nas Juntas de Freguesia, promovidas pelo Gabinete Técnico Florestal da câmara Municipal. Na véspera do dia da Proteção Civil as Juntas de Freguesia serão convocados para uma ação de formação dada pelo Gabinete de Proteção Civil da Câmara Municipal para, no fundo, tentar minimizar os impactos de alguma eventualidade que surja. Mas a grande questão é saber até que ponto as Autarquias têm legitimidade para entrar em propriedade privada. Aquilo que o Estado não foi capaz de fazer durante quarenta anos querem que agora os Autarcas façam durante três meses com uma agravante, isto é, a estimativa do custo de limpeza por hectare andava à volta dos mil euros e neste momento com mil e quinhentos euros já não se consegue limpar um hectare. Mas há outra questão importante que é saber quem é que vai limpar, saber se há gente suficiente para limpar tantos hectares, saber se há capacidade instalada no privado para fazer esse tipo de limpezas. Estas é que são as grandes questões. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta A à votação, por escrutínio secreto, tendo esta sido **aprovada por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 01 de fevereiro de 2018. -----

----- **PONTO CINCO: ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS – 2018;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que à semelhança daquilo que tem sido feito nos últimos anos, e de acordo com a lei em vigor, a Câmara Municipal pede à Assembleia Municipal que lhe atribua um saldo de cinquenta mil euros para esta poder fazer isenções de taxas e evitar, deste modo, o processo burocrático complexo de todas as taxas terem de vir a reunião da Assembleia Municipal, o que causaria evidentes problemas administrativos. A Assembleia Municipal aprova um plafond de cinquenta mil euros para a Câmara Municipal usar dentro dos critérios estabelecidos estabelecido no Regulamento para Isenções de Taxas. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e sete (27) votos a favor e uma (1) abstenção, do senhor Deputado Rafael Castro.-----

----- O senhor Presidente da Mesa propôs a troca de ordem dos pontos seis e sete. O ponto seis passa a sete e o ponto sete passa a seis. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de fevereiro de 2018. -----

----- PONTO SEIS: DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS - ACORDOS DE EXECUÇÃO;

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto seis e sete em conjunto. Assim sendo, explicou que o que se pretende é que a Assembleia Municipal autorize, tal como já foi feito no mandato anterior, a Câmara Municipal, numa primeira instância, a delegar nas Juntas de Freguesia uma série de competências, que por lei podem ser delegadas, e que por isso seja dada a respetiva compensação financeira. Essa compensação financeira será equivalente a 75% do FEF para que as Juntas de Freguesia façam face a este quadro de competências que lhes serão delegadas, ponto seis. No ponto sete o que se pede é que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a protocolar com as Juntas de Freguesia um outro tipo de apoio financeiro, este sim para investimento. Os contratos que estão previstos no ponto sete complementarão os 100% do FEF, porque corresponderão a 25% do FEF de cada Junta de Freguesia. No fundo a conjugação do ponto seis com o ponto sete fará com que as Juntas de Freguesia tenham o seu FEF duplicado, ou seja, às receitas previstas no Orçamento de Estado, que são atribuídas diretamente às juntas de Freguesia, será adicionado um valor exatamente igual atribuído pela Câmara Municipal. Do ponto de vista administrativo não foi possível cumprir um objetivo que era esta delegação de competências, prevista no ponto seis, ter efeitos retroativos a um de outubro de dois mil e dezassete. Assim, passa a ter efeitos a partir de um de janeiro de dois mil e dezoito mas, obviamente, em termos financeiros as Juntas de Freguesia até ficam beneficiadas porque terão direito a este montante adicional previsto no ponto sete. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que a delegação de competências é um instrumento fundamental para as Juntas de Freguesia. O senhor Deputado é de opinião que se devia ter envolvido previamente os Presidentes de Junta para construir o documento, apesar de ser muito semelhante ao que existiu no mandato anterior, podia ter sido trabalhado em conjunto com todos os Presidentes de Junta. Entretanto, colocou algumas questões. Na cláusula oitava da delegação de competências nas pequenas reparações nas escolas refere que foi sinalizado pela Autoridade de Saúde que alguns parques infantis existentes nas escolas primárias e nas pré-escolas têm um défice na sua segurança. O senhor Deputado gostaria de saber se estas reparações poderão incluídas nesta delegação. Na cláusula nona a Câmara Municipal apresenta como sugestão uma reunião para a delegação de competências e o senhor Deputado sugere, também, que se poderia criar a rotina de se reunirem, uma vez que se tem de enviar o relatório, pois seria uma forma de uniformizar processos e de garantir que aquilo que as Juntas de Freguesia estão a realizar seja cumprido com critério e com rigor. Já aqui foi abordada a questão da retroatividade do processo a um de outubro, ou seja, no quarto trimestre de dois mil e dezassete, e de em termos administrativos não ser possível fazê-lo, mas as Junta de Freguesia continuaram a trabalhar. Se a delegação de competências não estava legal como é que se vai resolver esta questão, porque as Juntas de Freguesia continuaram a assegurar as intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer as questões levantadas pelo senhor Deputado Hugo Santos e referiu que de facto devia ter havido uma concertação com os Presidentes de Junta de Freguesia. No entanto, não foi feita porque se entendeu que como se iria recolocar o mesmo documento à votação haveria a oportunidade de, em sede de Assembleia Municipal, trocar impressões mas não tinha custado absolutamente nada reunir com os Presidentes de Junta. Aliás, isso foi feito no mandato anterior mas entendeu-se, como havia uma lógica de continuidade, não fazer essa concertação mas o senhor Presidente da Câmara assume a responsabilidade pelo facto de essa conversa não ter existido. No entanto, está-se sempre a tempo de esclarecer o que quer que seja, até porque as questões que o senhor Deputado abordou não são difíceis de responder. Em relação à retroatividade não há nenhuma forma administrativa de se poder fazer mas a Junta de Freguesia será compensada do ponto de vista financeiro, porque há um adicional que não estava no mandato anterior. Já no mandato anterior a delegação de competências não foi começado no quarto trimestre e sim no fim do segundo semestre, mas a Câmara Municipal não é obrigada por lei a fazer a delegação de competências, é uma opção do Município. O senhor Presidente sabe que os senhores Presidentes de Junta têm continuado a fazer os trabalhos, que já vinham fazendo normalmente, e a questão financeira será compensada com a outra componente, porque não pode ser feita administrativamente. Sobre a questão das reuniões elas deverão acontecer, está previsto aqui como mais um complemento àquela interligação que existe entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, neste momento numa competência que está delegada no Vice-presidente mas o senhor Presidente tem estado sempre atento e tem procurado, e procurará sempre, atender todas as solicitações das Juntas de Freguesia. Nos últimos meses tem sido um pouco mais difícil dar resposta aos pedidos, porque tem havido a mudança dos Armazéns Municipais, mas a partir de agora irá ser mais fácil com certeza. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra para perguntar como é que está, neste momento, a questão dos pagamentos/transferências às Juntas de Freguesia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que os pagamentos às Juntas de Freguesia, relativamente à delegação de competências do mandato anterior, estão liquidados. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de fevereiro de 2018. -----

----- **PONTO SETE: CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM JUNTAS DE FREGUESIA - APOIO FINANCEIRO PARA INVESTIMENTO;** -----

----- Este ponto foi apresentado em conjunto com o ponto seis. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que esta é de facto a grande novidade em termos de delegação de competências. Tendo em consideração que se trata de uma delegação de competências na área do investimento e tendo também na perspetiva que as Juntas

de Freguesia sendo órgãos mais pequenos, e que de facto estão mais próximos das pessoas, o senhor Deputado desafiaria para que fosse criado um gabinete de apoio às Juntas de Freguesia visto que o Município é que tem a dotação multiprofissional e multidisciplinar para poder ajudar em termos de investimento. O senhor Deputado não quer com isto tentar aligeirar o processo mas considera que os Presidentes de Junta precisam de ajuda em termos de consultoria e não têm essa capacidade. O senhor Deputado lançou também o desafio, ou seja, já que foi feita essa delegação de competências e existem operacionais na Câmara Municipal se não poderia ser feita alguma locação de alguns desses profissionais para ir vendo a planificação e alguma gestão mais interna da Junta de Freguesia, evitando estar dependentes de algum *timing* que poderá atrasar esta delegação de competências em termos de processo. Em termos do processo de delegação considera que é um instrumento que vem dotar a Junta de Freguesia de mais responsabilidades mas ao mesmo tempo vai dar alguma flexibilização naquilo que se pode fazer. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e relativamente à intervenção do senhor Deputado Hugo Santos referiu que é intenção do Executivo Municipal, numa primeira fase, ter um plano de formação para as Juntas de Freguesia, porque é muito importante, nomeadamente a formação nas mais diversas áreas: jurídica, administrativa e financeira. Este plano de formação tem como objetivo dotar os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, tal como se vai fazer no âmbito da proteção civil, de alguns conhecimentos de base para que possam melhorar os níveis de gestão das Juntas de Freguesia. O senhor Presidente também reconhece a necessidade de se criar e reforçar a estrutura de apoio às Freguesias, porque parece evidente, até pela quantidade de pedidos que os senhores Presidentes de Junta fazem à Câmara Municipal, todos eles devidamente instruídos e com uma lógica que está presente da administração da Freguesia. Mas, são muitos os pedidos, de facto, e a Câmara Municipal não tem possibilidade de atender a todos. Em relação à questão de dotar as Juntas de Freguesia de meios humanos a própria Câmara Municipal também não tem e, portanto, haverá aí com certeza a necessidade de criar uma estrutura de apoio às Juntas de Freguesia para que elas possam desenvolver o seu trabalho recorrendo a alguns técnicos que a Câmara Municipal tem, mas não pode colocar à disposição da Junta porque a própria Câmara Municipal tem insuficiência de meios humanos. Por isso é que a Câmara Municipal vê necessidade de reforçar as verbas das Juntas de Freguesia naquilo que é, não uma delegação de competências, um contrato interadministrativo, que é uma responsabilidade diferente igualmente útil para as populações e, portanto, entendeu-se que se devia fazê-lo e trazê-lo aqui a aprovação. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO OITO: DELIBERAÇÃO ACERCA DA MOÇÃO “EM DEFESA DA CONTINUIDADE DA DELEGAÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE COVÃO DO LOBO”;** -----

----- o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão Covão do Lobo, Albano Gonçalves, usou da palavra para dar uma pequena explicação relativamente a este assunto. A Junta de Freguesia soube que o balcão iria fechar porque houve sinais que foram dados, ou seja, o balcão começou por estar aberto só a meio tempo. Logo que isto começou a acontecer o senhor Presidente da Junta de Freguesia deslocou-se à Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vagos para falar com o Presidente do Conselho de Administração que o informou de que era uma altura de muito trabalho e havia poucos funcionários, porque havia senhoras de licença de parto. Agora, o que não pode acontecer é as pessoas andarem a ser enganadas desta forma. O senhor Presidente da Junta propôs ao Presidente do Conselho de Administração disponibilizar-lhe outro local para abrir o balcão no Covão do Lobo mais estratégico que pudesse facilitar o movimento das pessoas ao que ficou de ponderar e fazer uma visita ao local. No entanto, até hoje isso não aconteceu. Entretanto, continuou-se a conversar até que um dia o senhor Albano Gonçalves deslocou-se ao café, que se situa junto das instalações do Balcão da Caixa de Crédito Agrícola de Covão do Lobo, e fica a saber pelo proprietário que o balcão tinha encerrado. O senhor Presidente e Junta de Freguesia voltou a falar com o Presidente do Conselho de Administração da entidade bancária e ofereceu algumas condições, ou seja, propôs isentar-lhe o arrendamento das instalações para efetuarem os três dias de serviço. Contudo, até hoje não há qualquer resposta. Em relação ao Posto Médico de Covão do Lobo já tinham havido conversações e tem existido negociações, há já alguns meses, porque a médica que estava neste serviço foi deslocada para o Unidade de Saúde de Ponte de Vagos e não veio ninguém substituí-la. O senhor Presidente da Junta de Freguesia interveio junto do Dr. Pedro Almeida, Diretor do ACeS do Baixo Vouga, numa primeira instância falou com o Dr. Gafanhão, para saber o que se passava e foi-lhe garantido que iria colocar um médico na semana seguinte mas, até à presente data, continua-se com o Posto Médico encerrado. Por parte do Dr. Pedro Almeida ficou a promessa de que o Posto Médico não iria encerrar e, portanto, a população espera que isso aconteça e que não passe de uma promessa e que seja colocado um médico o quanto antes. -----

----- O senhor Deputado Rafael Castro usou da palavra e referiu que o encerramento destes serviços é consequência da falta de investimento naquela zona que leva a desertificação. A falta de investimento e a falta de promoção do Município faz com que as pessoas não se queiram fixar naquela zona. Tem de se investir, por exemplo, numa boa rede de transportes, isentar as pessoas de IMI, isto é, criar condições para fixar as pessoas. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que a intenção ao apresentar estas moções é zelar pelo bem-estar das pessoas desta zona e sensibilizar estas entidades para as consequências que traz para a população da zona sul o encerramento daqueles serviços. Em relação ao encerramento do Balcão da Caixa de Crédito Agrícola em Covão do Lobo quis deixar bem vincado que é uma decisão de gestão, uma decisão particular, de uma empresa particular, que não deixa de ser de Vagos com a responsabilidade que tem em Vagos, porque foi criada pelas pessoas de Vagos há trinta e três anos como fala a moção. Além disso é uma instituição com responsabilidades sociais. O que se pretende não é politizar esta moção e sim exercer uma

posição de sensibilização junto da Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mutua para mostrar a importância daquele balcão para as pessoas daquela zona e para mostrar que se está ao lado delas. A intenção não é ir contra a Caixa de Crédito, porque esta entidade tem feito um trabalho interessante do ponto de vista social, mas sim pedir-lhe que continue esse trabalho social tão importante para o Concelho de Vagos. Em relação ao Posto Médico a posição é outra, porque é um serviço público, é uma entidade pública e que anda a arrastar uma situação que está a causar transtornos aos utentes daquele serviço. Com esta moção o que se pretende é mostrar a importância que os eleitos locais tem na pressão que podem exercer sobre a ACeS, porque é vital que este serviço continue a servir as pessoas daquela zona. O senhor Deputado acredita que se estes dois serviços encerrarem vai agravar a situação da desertificação, ou seja, as pessoas vão deixar de investir naquela zona. O senhor Deputado não quer, de modo algum, que estas moções sejam para politizar mas sim um peso da Assembleia Municipal para sensibilizar tanto a Caixa de Crédito Agrícola de Vagos como o ACeS. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e sobre esta questão referiu que concorda com o que o seu colega Juan Martins acabou de dizer. Segundo ele há, claramente, dois verbos diferentes nestas duas moções. No caso da Caixa de Crédito Agrícola devia ser de sensibilização, porque está-se a falar de uma entidade privada e o senhor Deputado considera um pouco injusto olhar para esta entidade, que tem colaborado tanto com o Concelho, que tem colaborado no setor da educação oferecido prémios de mérito, só porque fez uma gestão racional dos seus meios. O senhor Deputado não quer estar aqui a defender esta posição que a Caixa de Crédito tomou mas também não se pode estar aqui a acusa-la, porque uma coisa é pressionar outra coisa bem diferente é arranjar argumentos para sensibilizar a Caixa de Crédito para as consequências das medidas que tomou. Em relação ao Posto Médico de Covão do Lobo a questão já é diferente, ou seja, é uma instituição pública é obrigação desta Assembleia Municipal, como representantes do povo, tomar uma posição e forçar a Administração Regional de Saúde do Centro a tomar uma posição definitiva, se vem médico se não vem. Há aqui, com certeza, um problema estrutural e não só conjuntural. O Concelho é só um, não há aqui Vagos sul, Vagos centro e Vagos norte e, portanto, a obrigação desta Assembleia Municipal é trabalhar em conjunto, com os mesmos objetivos e em prol do desenvolvimento do Concelho de Vagos que é todos. -----

----- O senhor deputado Nuno Moura usou da palavra e reforçou aquilo que disse o senhor Deputado Filipe Jorge, porque efetivamente a Caixa de Crédito Agrícola é uma empresa privada e obviamente a Câmara Municipal não poderá ter uma intervenção de forma a obrigar que essa empresa privada se venha a manter e a trabalhar onde não quer. Isso não acontecerá só a Caixa de Crédito Agrícola, acontecerá com qualquer empresa privada. Ao senhor Deputado parece-lhe que este problema que se está a colocar em cima da mesa é de tal forma importante, porque tem a ver com pessoas do Concelho de Vagos que vão deixar de ter um serviço ali mais próximo e que vai causar muitos transtornos, que deveriam estar todos de acordo para reforçar e sensibilizar a Administração da Caixa de crédito Agrícola a apresentar uma alternativa ao encerramento deste balcão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que não concorda com o senhor Deputado Rafael Castro, quando ele se refere à falta de investimento na zona sul, porque as estatísticas contrariam aquilo que disse. O Concelho de Vagos é dos poucos da região Centro que continua a crescer em número de habitantes e é um concelho que, por exemplo, nos últimos anos tem duplicado o volume de exportações e que tem taxas de desempregos das mais reduzidas. O que se passa neste caso é que as Instituições Públicas ou de Interesse Público porque a Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Vagos apesar de ser uma entidade privada é uma Instituição de Interesse Público, devem também promover esta descentralização no território. Na opinião do senhor Presidente aquilo que se deve procurar fazer, sem politizar a questão, é sensibilizar as entidades, quer sejam Públicas quer sejam de Interesse Público, da necessidade de estarem próximas das populações. E aqui todos têm obrigação, desde a Câmara Municipal, a quem compete distribuir de forma equitativa os investimentos que são feitos no Concelho, e é necessário que os organismos públicos equilibrem os investimentos que são feitos ao longo do território de forma a torná-lo mais coeso e criar uma proximidade com as pessoas. O senhor Presidente concorda perfeitamente com o que referiu o senhor Deputado Filipe Jorge, ou seja, somos todos vaguenses e, por isso, devemos vestir todos a mesma camisola e todos devem assumir um sentido de responsabilidade. É neste sentido que a Câmara Municipal, quer no ponto oito quer no ponto nove, se associa à Assembleia Municipal, porque as organizações quer elas sejam públicas quer sejam privadas têm responsabilidades, e há aqui uma responsabilidade muito maior por parte da Administração Regional de Saúde e esta posição aqui assumida é uma ação de sensibilização, embora até à presente data não haja informação contrária à continuidade do funcionamento do Posto Médico de Covão do Lobo. A Câmara Municipal, todos o executivo Municipal, está solidária com estas moções apresentadas e está disponível para colaborar em conformidade com aquilo que é solicitado pela Assembleia Municipal para estar próxima da população e tentar evitar ao máximo que a população do sul perca estes serviços, sendo que no caso do Balcão da Caixa de Crédito seja mais difícil a reversão. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e seis (26) votos a favor, dos grupos municipais do PSD e do CDS, e duas (2) abstenções, do grupo municipal do PS.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO NOVE: DELIBERAÇÃO ACERCA DA MOÇÃO “POSTO MÉDICO – COVÃO DO LOBO.”** -----

----- Este ponto foi apresentado e discutido juntamente com o ponto oito. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e sete (27) presentes.-----

----- No momento da votação encontrava-se ausente da sessão o senhor Deputado Hugo Santos tendo regressado às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público intervieram os senhores: Carlos Curto; Carla Gouveia; Paulo Gil; Silvino Corticeiro e Victor. -----

----- O senhor Carlos Curto agradeceu o papel da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal em relação a este assunto que tanto diz respeito à União de Freguesias de Fonte Angeão e Covão do Lobo, em particular a lugar de Covão do Lobo, e acredita que estas suas palavras farão eco na população da sua Freguesia. É claro que se tem visto ao longo do tempo que o dinamismo económico e demográfico tem sido cada vez menor. Há um envelhecimento da população e aquela zona é um bocadinho “o interior do litoral” e, de facto, essa situação tem-se verificado. Era importante, uma vez que aquele território tem muitas potencialidades, há imensas coisas que lá podem ser feitas, investir mais naquela zona. Neste sentido o senhor Carlos Curto pergunta ao senhor Presidente da Câmara o que é que estrategicamente ele entende que possa ser feito para ultrapassar esta situação. -----

----- A senhora Carla Gouveia interveio para abordar duas uma questões. A primeira delas, e foi questionada em Reunião de Câmara, tem a ver com o Canil Municipal e como é que está a ser resolvida a situações dos animais que lá estão alojados, uma vez que os Armazéns Municipais vão ser deslocalizados e o Canil Municipal funcionava nessas instalações. A situação está acautelada? É que só fala da renda que se vai pagar, dos investimentos que se devem fazer e ninguém se preocupa com o destino destes seres vivos. A segunda questão prende-se com o ponto de situação relativamente ao plano de Regeneração Urbano da Vila de Vagos e se tem havido candidaturas privadas e investimento público. -----

----- O senhor Paulo Gil usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a forma de resolver a situação dos funcionários que prestam serviços para o Município de Vagos mas que estão sob alçada de uma empresa, eventualmente de trabalho temporário, e diz eventualmente porque não é propriamente esse o enquadramento que essa empresa tem. A Câmara Municipal tem com essa empresa, a Empreendendo, uma adjudicação direta de mais de duzentos mil euros, uma empresa unipessoal, para as auxiliares de educação e outros funcionários. O que acontece é que desde o início do ano letivo estes trabalhadores nunca receberam o seu salário dentro do estabelecido por lei. A lei prevê que haja uma dilatação do tempo até ao oitavo dia do mês e que tem sido ultrapassado e muito. Por exemplo, no mês de janeiro só lhes foi pago cento e quatro euros e já se está no mês de fevereiro e não lhes foi pago mais nada. As pessoas interrogam a empresa que lhes diz que o problema está no pagamento e no tratamento da informação relativamente à Câmara Municipal. As pessoas contactam a Câmara e são informadas que o problema é da empresa. Estes funcionários, independentemente de quem é a responsabilidade, e se existe uma adjudicação direta a responsabilidade final é do Executivo, têm de receber o seu salário. A Câmara Municipal ou faz cumprir aquilo que está contratualizado com a empresa ou resolve o problema administrativo que não se sabe qual é mas que está a provocar uma situação grave que tem de ser resolvida o mais breve possível. -----

----- O senhor Silvino Corticeiro, da Gafanha da Boa Hora, colocou algumas questões que gostaria de ver respondidas. Uma delas prende-se com os passeios na Rua Principal, que é uma estrada camarária e gostaria de saber porque é que até hoje ainda não foram lá feitos lugares para estacionamento nem plantadas árvores. Outra questão que colocou tem a ver com o trânsito pesado e perguntou quem poderá intervir para desviar o trânsito a pesados da Rua Principal, porque atualmente estão a passar por este via camiões carregados de pedra para a praia. Em terceiro lugar perguntou em que ponto é que se encontra a Arte Xávega no Concelho de Vagos. Por fim, questionou o que é que está ser feito para desanuviar o trânsito no verão, porque tem sido um caos. Há tantos anos que andam para fazer alguma coisa e nada foi feito até então. -----

----- De seguida interveio o senhor Victor e informou de tinha em sua posse uma cópia que tirou do facebook do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boa Hora com o projeto de um gimnodesportivo que disse que iria ser construído na Gafanha da Boa Hora. Há quatro anos não pode ser construído mas, agora, iria concretizar-se esse projeto e o que o senhor Victor pergunta é qual o ponto desta situação, se os projetos já entraram na Câmara se os estudos já estão feitos. Entretanto, referiu-se à Rua Padre Vicente Maria da Rocha, onde habita, e informou de que sempre que sai de casa de manhã é um cheiro a esgoto muito intenso. E não é só ali, á outros locais em Vagos onde isso acontece, junto ao BPI e ao Depósito da Água, e já falou com algumas pessoas sobre o problema, e o que efetivamente se passa ali é um grande tráfego de veículos pesados. Na semana passada o senhor Victor teve o cuidado de colocar uma câmara a filmar de sua casa par poder contar o número de veículos que por ali passava e o resultado é uma triste resposta, porque o número era muito elevado. A conclusão que tirou foi que quem fez o projeto inicial do saneamento básico não teve em consideração este problema. Seguramente, há roturas de saneamento naquela rua e, por isso, ter-se-á de tomar uma atitude porque isto vai tornar-se um problema de saúde pública. A pergunta que fica é o que é que o senhor Presidente pensa fazer relativamente a esta situação. -----

----- Em relação a esta última questão o senhor Paulo Gil interveio para perguntar o que é feito da Comissão de Trânsito. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos munícipes. Relativamente à atividade da Comissão de Trânsito informou de que esta tem reunido com as entidades, porque tem havido várias questões para resolver. A Câmara Municipal não pode colocar uma câmara a filmar, porque precisa da autorização da Comissão Nacional da Proteção de Dados, mas pôs um funcionário a fazer a contagem de camiões pesados que circulavam diariamente no estradão de Calvão, junto ao Colégio de Calvão, evitando as autoestradas e a Comissão de Trânsito acabou por ter de tomar decisões. Em relação à Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora é um objetivo desta entidade em conjunto com a câmara Municipal, porque não o pode fazer recorrendo a recurso próprios, por ser uma obra financeiramente avultada, construir um Pavilhão Gimnodesportivo. Quanto à questão da Rua Padre Maria Vicente da Rocha existe um problema com o saneamento. A Câmara Municipal está a elaborar um projeto de requalificação da rua e já reuniu com a AdRA para que antes de qualquer

intervenção por parte do Município esta proceda à requalificação das infraestruturas existentes, quer na rua Padre Maria Vicente da Rocha quer na rua da Fonte onde existem muitas fugas de água. Portanto, não faz qualquer sentido a Câmara fazer uma intervenção deixando as infraestruturas existentes, com cerca de trinta anos. Em relação aos passeios na rua Principal na Gafanha da Boa Hora a Câmara Municipal em conjunto com a Junta de Freguesia tem desenvolvido um plano para essa obra. As medidas que foram aqui aprovadas hoje, de apoio à Juntas de Freguesia para despesas de investimento, podem ser utilizadas nessas obras de construção dos passeios tão necessários nessa via. Quanto à questão do trânsito proibido a camiões pesados na estrada Florestal foi feito precisamente pelo problema que o senhor Presidente já referiu, ou seja, com a contagem física dos camiões, porque se não fosse feito nada rapidamente iria acontecer um problema sério no estradão de Calvão e, portanto, teve de ser proibido o trânsito a pesados. Agora, a questão tem a ver com os camiões da Polis Litoral de Aveiro que têm de fazer a passagem para ir para sul do Concelho e para o Concelho de Mira e têm de usar aquela estrada. No entanto, foi feito um plano com a Polis e o senhor Presidente irá verificar se está a ser cumprido e se não estiver a Câmara Municipal terá de assegurar que tem de ser cumprido. O objetivo é que os camiões passem o menos possível na estrada Principal, sendo certo que em determinada parte do percurso terão que passar, porque não há outra alternativa. Quanto à Arte Xávega, e alargando às questões das pescas, foi feito muito nos últimos anos, nomeadamente na construção dos edifícios que os pescadores têm neste momento e que utilizam. Entretanto, está a ser preparado um plano de proximidade com as questões relativas à Arte Xávega. Já foram iniciadas algumas conversas com a EPADRV no sentido de se fazer um projeto concertado para a recriação tradicional da pesca da Arte Xávega. Esta matéria está a ser trabalhada até no sentido de ver se há a possibilidade de se fazer alguma candidatura a fundos comunitários e de beneficiar, ou de compensar, os pescadores para que eles possam continuar a exercer a sua atividade. A questão da Arte Xávega tem um revés do ponto de vista turístico que é o facto dos pescadores não pescarem a horas certas, e um cartaz turístico tem de funcionar em dias certos, mas não é essa a lógica dos pescadores e para que eles possam fazer um cartaz turístico terão de ser compensados e é isto que está a ser preparado na Câmara Municipal. No ano passado uma das medidas tomadas pelo Governo, e onde as Autarquias tiveram um papel absolutamente fundamental, e que é uma medida que visa melhorar as condições da Arte Xávega, e dos pescadores da Arte Xávega, foi a alteração da legislação no sentido de possibilitar que no primeiro lance por maré os pescadores possam vender tudo o que vem à rede. Isso, pensando que não, é um grande benefício para os pescadores, porque podem comercializar, por exemplo, o “jaquinzinho” que como se sabe tem um valor comercial elevado e que passou a ter enquadramento legal. Relativamente à questão do trânsito no verão, existe uma semaforização inteligente, nos semáforos colocados na rua Principal da Praia da Vagueira, que dá prioridade ao trânsito que circula no sentido da Vagueira para o Parque de Campismo e no sentido inverso, sendo que os semáforos para a Gafanha do Carmo e para sul só abrem para verde quando há trânsito a passar. Quando não há trânsito os outros semáforos estão sempre abertos. Por vezes

existem avarias, tem-se tentado resolver a situação mas o problema é que existem muitas pessoas que utilizam aquela via. Tem de se procurar uma solução que vá mais ao encontro destas questões. A Câmara Municipal durante o ano passado, pelo menos nos domingos mais movimentados, colocou a GNR ali no período do final da tarde, entre as seis e as oito horas, para poder resolver de forma mais célere o trânsito mas esta não é uma situação definitiva e tem de se encontrar outra e está a ser feito um estudo para isso. Quanto à questão levantada pelo senhor Paulo Gil, a Empreendendo, o senhor Presidente esclarecer que esta entidade ganhou um concurso público cumprindo todos os requisitos legais e de forma que são necessários. Portanto, não há aqui qualquer questão relativamente a essa matéria. Assim como também não há nenhuma questão relativamente ao pagamento que a Câmara Municipal tem feito a esta entidade de forma a assegurar que os funcionários recebam a tempo e horas o salário a que têm direito. A Câmara Municipal antecipou o pagamento a trinta dias, quando o contrato prevê o pagamento a sessenta dias. A Câmara Municipal celebrou este contrato, no valor de cerca de duzentos mil euros, para fazer face a uma competência que é do Ministério da Educação, porque é ao Ministério da Educação que compete colocar as pessoas que estão nesta situação. No entanto, a Câmara Municipal para resolver o problema das crianças, dos professores e dos encarregados de educação tem uma despesa de cerca de duzentos mil euros. Como é obvio isto não retira a responsabilidade do Município de fazer a entidade cumprir com as pessoas que tem a seu encargo cargo. A questão é que o Município não pode resolver o contrato porque a entidade não entrou em incumprimento, porque as auxiliares continuam a prestar o serviço. O que a câmara Municipal tem feito é tentar articular com a esta entidade por forma a que antecipando o pagamento, àquilo que está contratualmente previsto, se possam assegurar os pagamentos a tempo e horas aos funcionários. Tem sido uma preocupação constante da Câmara Municipal esta situação, e já foi abordada esta questão na primeira reunião de Câmara após a adjudicação, e tem tentado da melhor maneira possível articular com essa entidade para que faça os pagamentos a tempo e horas. Em relação às questões levantadas pela senhora Carla Gouveia e no que respeita à Regeneração Urbana foi feita uma primeira intervenção motivada pelo acelerador, que foi criado para que se pudesse ir buscar mais 10% do que aquilo que estava contratualmente previsto. Neste momento, está-se em fase de conclusão do projeto de execução da Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. Em relação às candidaturas privadas o senhor Presidente não sabe dar uma resposta, porque ao contrário dos Municípios que têm PEDU os que têm PARU não são entidade gestora e, portanto, as candidaturas não são feitas à Câmara Municipal e sim no âmbito de outros projetos e avisos de abertura. O que a Câmara Municipal tem, só a título informativo, é várias candidaturas ao sistema de incentivos de empreendedorismo, por exemplo, no âmbito do grupo de Ação Costeira, no âmbito das DLBC's. Quanto ao Canil Municipal, desde há muitos anos a esta parte, e de acordo com o que está protocolado com a Câmara Municipal de Ílhavo, que o Canil de Vagos é o de Ílhavo. A Câmara Municipal de Vagos não tem a estrutura do Canil Municipal, o que tem é uma estrutura partilhada onde está a Médica Veterinária e Ílhavo tem o Canil, ou seja, Vagos utiliza o Canil de Ílhavo e eles utilizam a Médica Veterinária de Vagos. a

Câmara Municipal de Ílhavo há cerca de um ano rescindiu protocolos com outros Municípios exceto com Vagos precisamente por esta relação que existe. O que o Município de Vagos tem é um posto de recolha temporário dos animais que são recolhidos no Concelho de Vagos. Neste momento, este posto de recolha ainda funciona nos Armazéns antigos mas, no decorrer desta semana, essa questão será resolvida e, obviamente, que se procurará que os animais continuem com as melhores condições possíveis. Relativamente à questão colocada pelo senhor Carlos Curto compete ao Município ter políticas verdadeiramente descentralizadoras, nomeadamente em questões como os serviços públicos e ações no desenvolvimento das diversas localidades, como por exemplo para a Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. A Câmara Municipal tem procurado desenvolver contactos no sentido do que está previsto no PDM, como é do conhecimento público, a criação de uma área industrial na zona sul do Concelho, nomeadamente no Covão do Lobo. Neste sentido, já estão a ser desenvolvidas diligências necessárias para contactar as pessoas e dar início ao processo de aquisição de terrenos, em primeira instância, para depois se fazerem os loteamentos para se poderem vender. E, entretanto, há também projetos noutras áreas que são também eles importantes do ponto de vista de desenvolvimento territorial, nomeadamente na área do turismo. Ainda no decorrer desta semana a Câmara Municipal de Vagos fez com as Câmaras Municipais de Mira e Cantanhede uma candidatura para se desenvolverem projetos que tenham a ver com uma rede de casas gandaresas. Tem havido também a aposta noutras áreas do turismo, tais como: criação de circuitos pedonais junto, por exemplo, à Lagoa do Moitão ou ao Barreiro de Calvão; apoio ao associativismo. Tem de haver uma política concertada de apoio a estas zonas mais necessitadas do Concelho para evitar a desertificação. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,** _____.